

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Apesar de o Reino Unido já ter deixado de ser membro da União Europeia, aquando da sua saída, iniciou-se o chamado período de transição, que terminará a 31 de dezembro de 2020. Durante este período o Reino Unido permanece integrado no mercado único e na união aduaneira, mas já sem participação nas instituições comunitárias, ou seja, tem de cumprir as determinações emanadas da UE embora não se possa pronunciar sobre as mesmas.

Recentemente, a imprensa nacional e internacional referiu que as expectativas para estas negociações estão muito baixas.

Nas últimas quatro rondas de negociações, o progresso foi *dececionante*, disse Michel Barnier, o negociador-chefe da UE para as negociações de Bruxelas e Londres pós-Brexit acusando também os britânicos de atrasar as negociações.

Michel Barnier confirmou, inclusivamente, que existem *sérias divergências* entre as partes e avisou que as dificuldades posteriores ao fim do período de transição estão a ser *subestimadas*. Neste contexto, ambas as partes salientaram as diferentes posições e confirmaram que continuam a existir *sérias divergências*, não havendo progressos significativos, nas negociações existentes.

Tudo isto, numa altura em que o Reino Unido parece colocar em causa alguns dos princípios firmados na Declaração Política Conjunta.

Michel Barnier frisou, neste âmbito, que a prioridade passa pela implementação do acordo de saída do Reino Unido da União Europeia, assegurando-se a proteção dos cidadãos.

Aliás, o Primeiro Ministro britânico, Boris Johnson, decidiu que se até ao final de junho as partes não tiverem alcançado os avanços necessários por forma a fechar um acordo até setembro, o Reino Unido desistirá das conversações para iniciar a preparação de um *no deal* a 1 de janeiro de 2021.

Nas negociações realizadas até agora, persistem desacordos em matéria laboral, ambiental, de segurança e, sobretudo, o acesso recíproco às águas de pesca.

Está, pois, em curso um turbulento processo de negociações entre a União Europeia e o Reino Unido.

Nesta sequência, Michel Barnier, relembra e sublinha que existe ainda *um longo caminho a percorrer* nestas discussões, sendo que entre os assuntos com mais divergências estão o acesso equilibrado a ambos os mercados, a governança da futura parceria, a proteção dos direitos fundamentais e o setor das pescas.

Ora, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão de Assuntos Europeus sempre mostraram o maior interesse em acompanhar esta situação.

Relembramos que no Reino Unido vive hoje uma comunidade de cerca de 400 mil portugueses (muitos dos quais profissionais qualificados).

A situação de grande incerteza que se vive no Reino Unido é, pois, decorrente da grande hesitação e falta de clareza das negociações em curso.

Os cidadãos portugueses que construíram as suas vidas com base nos direitos decorrentes da pertença do Reino Unido à União Europeia enfrentam e vivem, hoje, momentos de grande apreensão com ausência significativa de previsibilidade e segurança nas suas vidas.

Deste modo,

Atendendo ao exposto, e tendo em conta o estipulado no artigo 156.º, alínea d) da Constituição da República Portuguesa, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

- 1 – Que leitura faz o Governo do impasse nas negociações acima referidas, tendo em conta a incerteza que provocam na vida dos portugueses residentes no Reino Unido?
- 2 - O Governo admite que as turbulentas negociações acima descritas serão longas e, conseqüentemente, serão prejudiciais para os portugueses residentes no Reino Unido?
- 3 – Nesta sequência, que posição e medidas, prevê o Governo tomar, para minimizar esta situação relativamente aos nossos compatriotas ali residentes?

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2020

Deputado(a)s

ISABEL MEIRELES(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

ANA MIGUEL DOS SANTOS(PSD)

SÉRGIO MARQUES(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)